



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS, EQUIPAMENTOS E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA CONFORME DISPOSTO NA PORTARIA GM/MS Nº 888 DE 4 DE MAIO DE 2021 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Cota Principal: correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) das quantidades totais do objeto.

Item	Quant.	Unid.	Descrição Resumida	VALOR MÉDIO POR UNID	VALOR MÉDIO TOTAL
1	22500	Unid.	Ácido Tricloisocianúrico em tablete de 200g com teor de cloro ativo de 90% para tratamento de água para consumo humano.	R\$ 8,07	R\$ 181.575,00
2	225	Bombonas	Ácido Fluorsilícico (H ₂ SiF ₆) líquido com concentração mínima de 20% em bombonas de 60 kg para tratamento de água para consumo humano.	R\$ 273,76	R\$ 61.596,00
3	45	Bombonas	Hipoclorito de sódio (NaClO) líquido com concentração mínima de 12% em bombonas de 60 kg para tratamento de água para consumo humano.	R\$ 357,13	R\$ 16.070,85
4	6	Unid.	Dosador de cloro em tablete de 200g com capacidade de 10 tabletes.	R\$ 1.229,67	R\$ 7.378,02
5	8	Unid.	Dosador de cloro em tablete de 200g com capacidade de 30 tabletes.	R\$ 1.570,00	R\$ 12.560,00
6	8	Unid.	Dosador de cloro em tablete de 200g com capacidade de 20 tabletes.	R\$ 1.330,00	R\$ 10.640,00
7	315	Unid.	Tablete DUO TAB 50T/50F 200g.	R\$ 20,30	R\$ 6.394,50
8	6	Unid.	Bomba dosadora com faixa de dosagem de 0 a 1,0 L/h, pressão de trabalho de 12 bar e resistentes à ácido fluorsilícico.	R\$ 2.728,13	R\$ 16.368,78
9	15	Unid.	Tanque com capacidade nominal de 200 litros, com tampa em polietileno.	R\$ 749,27	R\$ 11.239,05



10	30	metros	Mangueira de sucção para bomba dosadora incolor com espessura de 6 mm.	R\$ 13,19	R\$ 395,70
11	2400	sachês	Reagente DPD sólido para análise de cloro livre em amostra de 10,0 mL. Com certificado de análise.	R\$ 2,52	R\$ 6.048,00
12	900	Unid.	Bolsa plástica ou pote estéril com tiossulfato de sódio e tarja de identificação – capacidade 100 ml – dimensões 7,5 x 18,5 cm.	R\$ 3,95	R\$ 3.555,00
13	900	Unid.	Substrato definido enzimático ONG-MUG para análise de coliformes e E.coli em Água.	R\$ 15,60	R\$ 14.040,00
14	1	Unid.	Solução Padrão de fluoreto 1,00 mg/L, frasco de 500 ml.	R\$ 154,32	R\$ 154,32
15	2	Unid.	Reagente para determinação colorimétrica de fluoreto – SPADNS, Frasco de 500 ml.	R\$ 136,52	R\$ 273,04
16	1	Unid.	Solução tampão pH 4.0, para calibração de pHmêtro. Frasco de 500 ml.	R\$ 59,23	R\$ 59,23
17	1	Unid.	Solução tampão pH 7.0, para calibração de pHmêtro, com certificado de análise na entrega do produto. Frasco de 500 ml.	R\$ 59,23	R\$ 59,23
18	2	Unid.	Pipetador de volumes manual PI-PUMP de capacidade 10 ml.	R\$ 32,73	R\$ 65,46
19	1	Unid.	Pipetador de Borracha de 3 vias (pêra).	R\$ 29,20	R\$ 29,20
20	2	Unid.	Pipetador de volumes manual PI-PUMP de capacidade 5 ml.	R\$ 29,81	R\$ 59,62
21	1	Unid.	Fotômetro de bolso para análises de cloro livre pelo método DPD.	R\$ 3.781,67	R\$ 3.781,67
22	1	Unid.	Fotômetro de mão verificador de cor da água.	R\$ 4.132,93	R\$ 4.132,93
23	1	Unid.	Suporte para acondicionamento de bolsas plásticas estéreis de 100 ml, com capacidade para 20 unidades.	R\$ 143,38	R\$ 143,38
24	2	Unid.	Termômetro infravermelho, a prova de água.	R\$ 244,23	R\$ 488,46
25	1	Unid.	Turbidímetro digital microprocessado para campo ou bancada, com princípio de medição nefelométrico, maleta rígida para transporte, padrões em formazina estabilizada.	R\$ 4.269,30	R\$ 4269,3
26	1	Unid.	Caixa Térmica – Cooler – capacidade de 20 L e alça plástica para transporte.	R\$ 75,29	R\$ 75,29



27	18	Coletas	Análises constantes nos anexos 9 e 11 da portaria GM/MS nº 888 de 4 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.	R\$ 2.057,33	R\$ 37.031,94
28	1	Unid.	Serviço de calibração de instrumentos: - Termômetro infravermelho – Marca Multilaser – Modelo YRK-002	R\$ 213,33	R\$ 213,33
29	1	Unid.	Serviço de calibração de instrumentos: - Turbidímetro – Marca: HANNA – Modelo: HI 98703.	R\$ 363,33	R\$ 363,33

COTA RESERVADA ME e EPP – correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto.

Item	Quant.	Unid.	Descrição Resumida	VALOR MÉDIO POR UNID	VALOR MÉDIO TOTAL
30	7500	Unid.	Ácido Tricloisocianúrico em tablete de 200g com teor de cloro ativo de 90% para tratamento de água para consumo humano.	R\$ 8,07	R\$ 60.525,00
31	75	Bombonas	Ácido Fluorsilícico (H ₂ SiF ₆) líquido com concentração mínima de 20% em bombonas de 60 kg para tratamento de água para consumo humano.	R\$ 273,76	R\$ 20.532,00
32	15	Bombonas	Hipoclorito de sódio (NaClO) líquido com concentração mínima de 12% em bombonas de 60 kg para tratamento de água para consumo humano.	R\$ 357,13	R\$ 5.356,95
33	2	Unid.	Dosador de cloro em tablete de 200g com capacidade de 10 tabletes.	R\$ 1.229,67	R\$ 2.459,34
34	4	Unid.	Dosador de cloro em tablete de 200g com capacidade de 30 tabletes.	R\$ 1.570,00	R\$ 6.280,00
35	4	Unid.	Dosador de cloro em tablete de 200g com capacidade de 20 tabletes.	R\$ 1.330,00	R\$ 5.320,00
36	105	Unid.	Tablete DUO TAB 50T/50F 200g.	R\$ 20,30	R\$ 2.131,50
37	2	Unid.	Bomba dosadora com faixa de dosagem de 0 a 1,0 L/h, pressão de trabalho de 12 bar e resistentes à ácido fluorsilícico.	R\$ 2.728,13	R\$ 5.456,26
38	5	Unid.	Tanque com capacidade nominal de 200 litros, com tampa em polietileno.	R\$ 749,27	R\$ 3.746,35



39	10	metros	Mangueira de sucção para bomba dosadora incolor com espessura de 6 mm.	R\$ 13,19	R\$ 131,90
40	800	sachês	Reagente DPD sólido para análise de cloro livre em amostra de 10,0 mL. Com certificado de análise.	R\$ 2,52	R\$ 2.016,00
41	300	Unid.	Bolsa plástica ou pote estéril com tiossulfato de sódio e tarja de identificação – capacidade 100 ml – dimensões 7,5 x 18,5 cm.	R\$ 3,95	R\$ 1.185,00
42	300	Unid.	Substrato definido enzimático ONG-MUG para análise de coliformes e E.coli em Água.	R\$ 15,60	R\$ 4.680,00
43	1	Unid.	Reagente para determinação colorimétrica de fluoreto – SPADNS, Frasco de 500 ml.	R\$ 136,52	R\$ 136,52
44	6	Coletas	Análises constantes nos anexos 9 e 11 da portaria GM/MS nº 888 de 4 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.	R\$ 2.057,33	R\$ 12.343,98

Tabela do Anexo 9 da Portaria GM/MS nº 888

TABELA DE PADRÃO DE POTABILIDADE PARA SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS QUE REPRESENTAM RISCO À SAÚDE.

TABELA DE PADRÃO DE POTABILIDADE PARA SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS INORGÂNICAS QUE REPRESENTAM RISCO À SAÚDE			
Parâmetro	CAS(1)	Unidade	VMP(2)
Antimônio	7440-36-0	mg/L	0,006
Arsênio	7440-38-2	mg/L	0,01
Bário	7440-39-3	mg/L	0,7
Cádmio	7440-43-9	mg/L	0,003
Chumbo	7439-92-1	mg/L	0,01
Cobre	7440-50-8	mg/L	2
Cromo	7440-47-3	mg/L	0,05
Fluoreto	7782-41-4	mg/L	1,5
Mercurio Total	7439-97-6	mg/L	0,001
Níquel	7440-02-0	mg/L	0,07
Nitrato (como N)(3)	14797-55-8	mg/L	10
Nitrito (como N)(3)	14797-65-0	mg/L	1
Selênio	7782-49-2	mg/L	0,04
Urânio	7440-61-1	mg/L	0,03
TABELA DE PADRÃO DE POTABILIDADE PARA SUBSTÂNCIAS ORGÂNICAS QUE REPRESENTAM RISCO À SAÚDE			
Parâmetro	CAS(1)	Unidade	VMP(2)
1,2 Dicloroetano	107-06-2	µg/L	5
Acrilamida	79-06-1	µg/L	0,5
Benzeno	71-43-2	µg/L	5
Benzo[a]pireno	50-32-8	µg/L	0,4
Cloreto de Vinila	75-01-4	µg/L	0,5



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRINHA

ADMINISTRAÇÃO - 2021/2024

GOVERNANDO com TODOS e para TODOS!

Município
Barrinha

Fls _____

Ass _____

Di(2-etilhexil) ftalato	117-81-7	µg/L	8
Diclorometano	75-09-2	µg/L	20
Dioxano	123-91-1	µg/L	48
Epicloridrina	106-89-8	µg/L	0,4
Etilbenzeno	100-41-4	µg/L	300
Pentaclorofenol	87-86-5	µg/L	9
Tetracloroeto de Carbono	56-23-5	µg/L	4
Tetracloroeteno	127-18-4	µg/L	40
Tolueno	108-88-3	µg/L	30
Tricloroeteno	79-01-6	µg/L	4
Xilenos	1330-20-7	µg/L	500

TABELA DE PADRÃO DE POTABILIDADE PARA AGROTÓXICOS E METABÓLITOS QUE REPRESENTAM RISCO À SAÚDE

Parâmetro	CAS(1)	Unidade	VMP(2)
2,4 D	94-75-7	µg/L	30
Alacloro	15972-60-8	µg/L	20
Aldicarbe + Aldicarbesulfona + Aldicarbesulfóxido	116-06-3 (aldicarbe) 1646-88-4 (aldicarbesulfona) 1646-87-3 (aldicarbe sulfóxido)	µg/L	10
Aldrin + Dieldrin	309-00-2 (aldrin) 60-57-1 (dieldrin)	µg/L	0,03
Ametrina	834-12-8	µg/L	60
Atrazina + S-Clorotriazinas (Deetil-Atrazina - Dea, Deisopropil-Atrazina - Dia e Diaminoclorotriazina - Dact)	1912-24-9 (Atrazina) 6190-65-4 (Deetil-Atrazina - Dea) 1007-28-9 (Deisopropil-Atrazina - Dia) 3397-62-4 (Diaminoclorotriazina - Dact)	µg/L	2,0
Carbendazim	10605-21-7	µg/L	120
Carbofurano	1563-66-2	µg/L	7
Ciproconazol	94361-06-5	µg/L	30
Clordano	5103-74-2	µg/L	0,2
Clorotalonil	1897-45-6	µg/L	45
Clorpirifós + clorpirifós-oxon	2921-88-2 (clorpirifós) 5598-15-2 (clorpirifós-oxon)	µg/L	30,0
DDT+DDD+DDE	50-29-3 (p,p'-DDT) 72-54-8 (p,p'-DDD) 72-55-9 (p,p'-DDE)	µg/L	1
Difenoconazol	119446-68-3	µg/L	30
Dimetoato + ometoato	60-51-5 (Dimetoato) 1113-02-6 (Ometoato)	µg/L	1,2
Diuron	330-54-1	µg/L	20
Epoxiconazol	135319-73-2	µg/L	60
Fipronil	120068-37-3	µg/L	1,2
Flutriafol	76674-21-0	µg/L	30
Glifosato + AMPA	1071-83-6 (glifosato) 1066-51-9 (AMPA)	µg/L	500
Hidroxi-Atrazina	2163-68-0	µg/L	120,0
Lindano (gama HCH)	58-89-9	µg/L	2
Malationa	121-75-5	µg/L	60



Mancozebe + ETU	8018-01-7 (Mancozebe) 96-45-7 (ETU)	µg/L	8
Metamidofós + Acefato	10265-92-6 (Metamidofós) 30560- 19-1 (Acefato)	µg/L	7
Metolaclo	51218-45-2	µg/L	10
Metribuzim	21087-64-9	µg/L	25
Molinate	2212-67-1	µg/L	6
Paraquate	4685-14-7	µg/L	13
Picloram	1918-02-1	µg/L	60
Profenofós	41198-08-7	µg/L	0,3
Propargito	2312-35-8	µg/L	30
Protioconazol + ProticonazolDestio	178928-70-6 (Protioconazol) 120983-64-4 (ProticonazolDestio)	µg/L	3
Simazina	122-34-9	µg/L	2
Tebuconazol	107534-96-3	µg/L	180
Terbufós	13071-79-9	µg/L	1,2
Tiametoxam	153719-23-4	µg/L	36
Tiodicarbe	59669-26-0	µg/L	90
Tiram	137-26-8	µg/L	6
Trifluralina	1582-09-8	µg/L	20

**TABELA DE PADRÃO DE POTABILIDADE PARA SUBPRODUTOS DA DESINFECÇÃO
QUE REPRESENTAM RISCO À SAÚDE(4)**

Parâmetro	CAS(1)	Unidade	VMP(2)
2,4,6 Triclorofenol	88-06-2	mg/L	0,2
2,4-diclorofenol	120-83-2	mg/L	0,2
Ácidos haloacéticos total(5)	-	mg/L	0,08
Bromato	15541-45-4	mg/L	0,01
Cloraminas Total	-	mg/L	4
Clorato	7775-09-9	mg/L	0,7
Clorito	7758-19-2	mg/L	0,7
Cloro residual livre	7782-50-5	mg/L	5
N-nitrosodimetilamina(6)	62-75-9	mg/L	0,0001
TrihalometanosTotal(7)	-	mg/L	0,1

NOTAS:

1. CAS é o número de referência de compostos e substâncias químicas adotado pelo Chemical Abstract Service.
2. Valor Máximo Permitido.
3. A soma das razões das concentrações de nitrito e nitrato e seus respectivos VMPs, deve atender ao disposto no art. 39.
4. Análise exigida de acordo com o desinfetante utilizado e oxidante utilizado para pré-oxidação.
5. Ácidos haloacéticos: ácido monocloraacético - CAS = 79-11-8, ácido dicloroacético - CAS = 79-43-6, ácido tricloroacético - CAS = 76-03-9, ácido monobromoacético - CAS = 79-08-3, ácido dibromoacético - CAS = 631-64-1, ácido bromocloroacético - CAS = 5589-96-8, ácido bromodicloroacético - CAS = 71133-14-7, ácido dibromocloroacético - CAS = 5278-95-5, ácido tribromoacético - CAS = 75-96-7.
6. O monitoramento será obrigatório apenas onde se pratique a desinfecção por cloraminação.
7. Trihalometanos: Triclorometano ou Clorofórmio (TCM) - CAS = 67-66-3, Bromodiclorometano (BDCM) - CAS = 75-27-4, Dibromoclorometano (DBCM) - CAS = 124-48-1, Tribromometano ou Bromofórmio (TBM) - CAS = 75-25-2.



Tabela do Anexo 11 da Portaria GM/MS nº 888

TABELA DE PADRÃO ORGANOLÉPTICO DE POTABILIDADE.

Parâmetro	CAS	Unidade	VMP ⁽¹⁾
Alumínio	7429-90-5	mg/L	0,2
Amônia (como N)	7664-41-7	mg/L	1,2
Cloreto	16887-00-6	mg/L	250
Cor Aparente (2)	-	uH	15
1,2 diclorobenzeno	95-50-1	mg/L	0,001
1,4 diclorobenzeno	106-46-7	mg/L	0,0003
Dureza total	-	mg/L	300
Ferro	7439-89-6	mg/L	0,3
Gosto e odor	-	intensidade	6
Manganês	7439-96-5	mg/L	0,1
Monoclorobenzeno	108-90-7	mg/L	0,02
Sódio	7440-23-5	mg/L	200
Sólidos dissolvidos totais	-	mg/L	500
Sulfato	14808-79-8	mg/L	250
Sulfeto de hidrogênio	7783-06-4	mg/L	0,05
Turbidez (3)	-	uT	5
Zinco	7440-66-6	mg/L	5

NOTAS:

1. Valor máximo permitido.
2. Unidade Hazen (mgPt-Co/L).
3. Unidade de turbidez.

1.2 O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, sobretudo porque o seu respectivo padrão de desempenho e qualidade pode objetivamente definido no edital de licitação. Em síntese, trata-se de produtos que podem ser encontrados no mercado de forma rotineira, e não possui características superiores às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

1.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 c/c 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência do pacto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO



3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias ao fornecimento do item e estar em dia com todas as obrigações legais relacionadas ao comércio do produto.

4.2 Todos os produtos deverão ser embalados de acordo com a legislação vigente, bem como todos os serviços deverão ser realizados em estrita consonância às respectivas leis aplicáveis.

4.3 Serão consideradas impróprias e serão recusadas, as embalagens defeituosas ou inadequadas, que exponham os produtos à contaminação e/ou deterioração, ou que não permitam o perfeito armazenamento do mesmo.

4.4 Haverá necessidade de matriz de alocação de riscos no contrato?

☒ **Não**

No caso em comento resta prejudicada a alocação de matriz de risco, haja vista a natureza da contratação, tratando-se de aquisição e realização de serviços para entrega imediata.

4.5 A seleção será restrita a produtos pré-qualificados?

☒ **Não**

4.6 O objeto é um produto com julgamento pelo ciclo de vida?

☒ **Não**

4.7 O objeto possui critérios de inovação e/ou desenvolvimento nacional sustentável?

☒ **Não**

Subcontratação

4.8 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.9 Não haverá exigência de garantia de contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – Os produtos, insumos, materiais, equipamentos e os serviços deverão ser entregues/prestados no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da expedição da **Autorização de Compras e Serviços**, nos locais a serem indicados pelo Diretor do Setor de Compras, durante o período de vigência e imediatamente após a adjudicação, homologação e respectiva assinatura da **Ata de Registro de Preços** proveniente da licitação,



sendo todas as entregas acompanhadas de nota fiscal.

5.2 – Os produtos, insumos, materiais e equipamentos/serviços deverão ser fornecidos/prestados na quantidade especificada nas Autorizações de Compras/Serviços expedidas pelo responsável competente.

5.3 – Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Administração contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou reexecução ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição ou reexecução, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 24 horas, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidades ou de partes, determinar sua complementação, ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a empresa contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração contratante, no prazo de 24 horas, mantido o preço inicialmente contratado;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura da ata de registro de preços ou do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de



fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, complementados ou reexecutados conforme disposto na cláusula 5 e respectivos subitens, ficando às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do produto e da prestação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado, ou simples aceite apostado na nota fiscal.

7.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens ou da prestação dos serviços e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6 O Município de Barrinha efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo o qual poderá ser atestado na própria nota fiscal, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que ocorra a regularização das mesmas.

7.6.1 – A licitante vencedora deverá constar nas notas fiscais o número da Conta Bancária, para fins de



pagamento, através de depósito bancário.

7.6.2 – As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa contratada para as devidas correções e/ou substituições, e neste caso o prazo para pagamento somente fruirá a partir do momento em que for apresentada a nota fiscal regular.

7.7 O Município, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor, nos termos deste Termo de Referência.

7.8 Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **CONTRATADA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

7.9 A Contratante só pagará à Contratada a quantidade de produtos, insumos, materiais e equipamentos/serviço fornecido/prestado; o qual deverá ser comprovado através das Autorizações de Compras/Serviços.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

Exigências de habilitação

8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, serão aferidas por intermédio dos seguintes documentos:

8.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no



Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

e) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) **Sociedade cooperativa**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

h) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

8.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidões de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual (relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, inscritos em dívida ativa) e Fazenda Municipal (mobiliária);

d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd', do parágrafo único do art. 11, da Lei nº. 8.212, de 24 de junho de 1991, na forma da Lei;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**);

f) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (**CNDT**);

8.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

a.1) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil;



a.2) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;(súmula 50 do TCE-SP).

8.2.4 DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES:

8.2.4.1 Declaração subscrita por representante legal da licitante, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;

8.2.4.2 Declaração subscrita por representante legal da licitante, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013;

8.2.4.3 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal;

8.2.4.4 Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

8.2.4.5 Sem prejuízo da declaração exigida no item 8.2.4.4 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8.2.4.6 **Concernente aos itens 01; 02; 03 e 07 - Produtos – Ácido Tricloroisocianúrico, Ácido Fluorsilícico, Hipoclorito de Sódio e Duo Tab - Declaração da licitante de que o produto é adequado ao tratamento de água para consumo humano e, portanto, sem possibilidade de ser produto reciclado, residual de outros processos industriais ou que venham conferir características inadequadas à água potável, em valores que excedam aos limites estabelecidos na Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano, anexo à PORTARIA NO 2914/11 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE incorporada à PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 05, DE 28/09/2017, quando o produto for aplicado nas dosagens preconizadas, como também de que o produto atende à Norma ABNT NBR 15784/2009 – Produtos**



químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano – Efeitos a saúde - Requisitos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 531.361,43 (quinhentos e trinta e um mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2 Toda metodologia para chegar ao preço estimado, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando que a licitação será tramitada no sistema de registro de preços, a dotação orçamentária será indicada no momento imediatamente anterior à contratação.

Barrinha/SP, 14 de novembro de 2024.

EDUARDO VARALDA
Químico Responsável Técnico – Setor Requisitante

MARCOS ANTONIO BEZAM
Secretário de Saúde